GÊNERO E CIÊNCIA: INTERPRETAÇÕES FEMINISTAS E DISTINÇÕES LOCAIS

Elizabeth B. Silva

Universidad Complutense e Instituto Universitario Ortega y Gasset

ABSTRACT How is feminism changing science? The author considers this to be a fundamental question when considering gender and science. She focuses on the effects that feminism has had on destabilizing traditional categories and classifications in several knowledge (study) areas. Such destabilization implies a strategy to reveal and enumerate some previously neglected aspects of science that question what kind of things we include and exclude in our knowledge of the world.

KEY WORDS Feminism. Local distinctions. Knowledge areas.

RESUMEN La cuestión fundamental para discutir sobre género y las ciencias radica en la pregunta: ¿cómo el feminismo está cambiando la ciencia? La autora se centra en los efectos que ha tenido el feminismo en la desestabilización de las categorías y divisiones tradicionales en diversos campos del conocimiento. Esa desestabilización conlleva una estrategia de visibilidad y contabilidad de aspectos que hasta ahora habían sido dejados de lado y que ha llevado a cuestionar qué se incluye y que se excluye en el conocimiento que tenemos de nuestro mundo.

PALABRAS CLAVE Feminismo. Distinciones locales. Áreas de conocimiento.

Introdução

Uma visão de que as construções sociais da realidade informam as teorias sociais tem tido presença já há algum tempo. O questionamento da cientificidade abstrata da ciência tem crescido desde que Thomas Khun publicou a *Estrutura das Revoluções Científicas* em 1962. Todavia, apesar da aceitação crescente de que a ciência se desenvolve em contextos culturais, econômicos e sócio-históricos, e que existem motivos para certos interesses verem o mundo de maneiras específicas, a questão de por que os interesses das mulheres não têm tido um lugar apropriado em ciência só começou a ser mais firmemente considerado desde meados da década de setenta. Os desafios feministas as construções sociais tradicionais da realidade emergiram da suspeita sobre os discursos teóricos que afirmam neutralidade de gênero enquanto falam de uma perspectiva masculina (Barret e Phillips, 1992).

A teoria feminista tem argumentado que os conceitos e categorias com as quais nos apropriamos, analisamos e construímos o mundo têm uma história dentro da qual nós mesmas, mulheres e homens, estamos implicadas. A teoria feminista começou por estender e reinterpretar as categorias de vários discursos de maneira que as atividades e relações sociais das mulheres pudessem se tornar analítica-

mente visíveis dentro das tradições intelectuais do discurso científico (Harding, 1986).

Neste «paper» eu quero primeiramente apresentar de maneira breve os desenvolvimentos das ciências feministas como parte da política feminista. Em segundo lugar, eu quero considerar a questão de contar mulheres. Como a participação das mulheres em ciências tem aumentado? Qual é o significado de tal crescimento? Eu também questiono o que a contagem revela e o que ela esconde. Meus números tratam das tendências internacionais e no Brasil. Em terceiro lugar, eu considero de maneira abrangente as agendas feministas nas ciências e eu termino com considerações sobre o papel das distinções locais do feminismo para mudanças nas ciências. Na conclusão eu estabeleço algumas ligações entre aspectos particulares do Brasil e questões mais gerais da política feminista.

Uma breve história

Um argumento principal do feminismo do início do século vinte e dos anos setenta, era o de igualdade. Na década de setenta a distinção entre sexo e gênero foi desenvolvida em contraposição a interpretações de que as diferenças entre homens e mulheres eram baseadas na natureza. Gênero veio

a significar as construções sociais e culturais das diferenças entre os sexos. Os feminismos das décadas de 70 e 80 eram divididos em três variedades: liberal, socialista e radical. O primeiro concebia a opressão das mulheres em termos de sua socialização em papéis que reforçam suas diferenças em relação aos homens. Os feminismos socialista e radical contestavam a ideia de «oportunidades iguais» implícita no feminismo liberal, como sendo uma saída fácil para o complexo problema da desigualdade. Feministas socialistas viam a opressão das mulheres como sendo estrutural ao sistema capitalista que se beneficiava da exploração das mulheres em papéis subordinados como agentes domésticos, agentes de socialização e trabalho barato. As feministas radicais viam a opressão das mulheres como derivadas dos interesses dos homens em manter os seus privilégios. Enquanto as socialistas enfatizavam que as opressões das mulheres derivavam basicamente das estruturas de produção capitalistas e patriarcais, as feministas radicais acentuavam as estruturas de reprodução, com um enfoque crescente sobre a sexualidade e sobre a violência dos homens. Para ambas as feministas socialistas e radicais as causas da opressão estendiam-se para muito longe, em direção ao passado e a estruturas sociais profundas. As feministas liberais estavam mais preocupadas em corrigir as tendências presentes para a erradicação das diferenças no futuro.

A opressão estava primeiramente ligada a esfera do trabalho ou da família?, na produção ou na reprodução? nas estruturas econômicas ou nas representações culturais? Havia respostas de várias espécies, mas havia consenso entre as feministas da década de 70 sobre a importância de se estabelecer as causas sociais da opressão das mulheres. Todavia, este consenso para encontrar uma causa comum se quebrou na década de 90. Primeiramente, as mulheres negras passaram a criticar os pressupostos etnocêntricos e racistas das feministas brancas, implícitos nos debates iniciais sobre sexo e classe. Diferenças étnicas e desvantagens tinham então que ser acomodadas. Em segundo lugar, as diferenças sexuais passaram a ser vistas como positivas. Visões andróginas passaram a ser desafiadas por feministas questionando a divisão nítida entre biologia e construção social em favor de concepções alternativas de moralidade e «cuidados», e de «fazer gênero» na vida do dia a dia (West e Zimmerman, 1987).

Na década de 90, as idéias de diferença são centrais ao projeto feminista. Tais diferenças, todavia, não têm tanto a ver

com «fatos» biológicos quanto com a maneira pela qual as culturas criam condições específicas para certos grupos de mulheres, ou para mulheres individuais, viverem e se recrearem. Não faria sentido «conceder» acesso a mulheres e a outros excluídos, se o acesso for concedido na base dos poderes e capacidades que são julgados valiosos no contexto dos poderes e privilégios masculinos. O aumento dos poderes e capacidades da mulheres tem que levar em conta as «maneiras da mulheres» (Cockburn, 19). As mulheres não são as mesmas em toda parte, e os contextos em que elas vivem variam enormemente.

Como os números contam: uma conta geral

Estatísticas sobre mulheres e ciência são ilustrativas tanto das diferenças entre mulheres e homens quanto das diferenças entre as mulheres incluídas nos registros das ciências e aquelas que não contam. Por que uma preocupação com aquelas mulheres que não aparecem nas estatísticas? Porque, para nós que contamos, a experiência de criatividade intelectual é um grande prazer e nós reconhecemos que é muito prazeroso ter salários e condições de trabalho razoáveis. Nós sabemos que muitos homens também não aparecem nos registros de ciência. Isto é por causa da relevância das divisões de classe, raça, etnia e outras. Também é obviamente importante a escolha individual de carreira. Todos estes aspectos são também válidos para as mulheres, mas o que é fundamentalmente diferente é que gênero continua a excluir as mulheres.

Nós estamos familiarizadas com as estatísticas disponíveis sobre a sub-representação das mulheres nas ciências. Meu uso de ciências no plural indica uma inclusão deliberada do conjunto do conhecimento organizado, evitando uma construção estreita de ciência derivada das ciências naturais (Rose, 1998). Mas as estatísticas usualmente se referem ao mercado de trabalho acadêmico. O setor industrial raramente apresenta dados de distribuição por gênero nestes níveis de profissionais.

Numa análise recente da participação das mulheres em pesquisa científica e técnica de vários países membros da União Européia três tendências foram observadas (Osborn, 1998):

- (1) O número de mulheres seguindo carreiras nas disciplinas científicas e técnicas é baixo.

- (2) As mulheres são encontradas mais frequentemente nas ciências da vida do que na física e engenharia.
- (3) Quanto mais alto se sobe na hierarquia, menor é a proporção de mulheres.

Estas observações são baseadas em dados compilados com grande dedicação e esforços brilhantes por parte de algumas cientistas individuais. Agências nacionais e organizações internacionais estão apenas começando a contar mulheres nas ciências. Nos Estados Unidos uma ênfase na coleta contínua de estatísticas tem tido um efeito positivo para uma melhoria considerável na porcentagem de mulheres em todos os níveis da Academia na década de 80 (Osborn, 1998). A tabela 1 mostra que na Europa, entre os empregos equivalentes a «professor titular» as mulheres têm uma participação entre 4% e 13% (a exceção é a Turquia com 21.5%). Nos empregos menos prestigiosos de «professor assistente» as mulheres europeias têm uma participação maior, entre 12% e 45%.

Comparados aos números europeus, os Estados Unidos têm uma proporção maior de mulheres nas três categorias de empregos acadêmicos (18% «professor titular», 34% «livre-docentes», e 46% «professores assistentes»). Todavia, nos Estados Unidos, nas empresas mais importantes listadas na «Fortune 1000 industrial» e «Fortune 500», apenas entre 3% e 5% dos gerentes «senior» são mulheres (Osborn, 1998: 11). A representação de mulheres nos postos «senior» na indústria europeia é provavelmente ainda menor do que este, se as tendências encontradas na academia se replicarem.

Como os números contam: a situação no Brasil

Qual é a situação no Brasil? Como noutros lugares, as estatísticas disponíveis são escassas. Mas, os números para o Brasil mostram um quadro potencialmente mais positivo do que aquele da Europa. Em 1995 o diretório de pesquisadores compilado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica listava 39% de mulheres (dados da Homepage, in Velho e Leon, 1998: 320). Todavia, informações sobre posição hierárquica, salário, tempo de emprego e tamanhos dos financiamentos, por gênero, não são disponíveis. É frequentemente nesses aspectos que a exclusão das mulheres se assenta, não apenas nos números de mulheres envolvidas em ciência (Wenneras e Wold, 1998). É também amplamente reconhecido que ser uma

exceção tem raramente levado as mulheres (enquanto coletivo) muito longe.

Eu tive acesso a alguns dados para o Estado de São Paulo, uma das regiões mais desenvolvidas no país. Num survey de 1996/97, apenas cerca de 1/3 dos acadêmicos eram mulheres. Quase 2/3 destas mulheres tinham menos de 45 anos de idade. De modo oposto, mais da metade dos homens tinham mais que 45 anos de idade (Fapesp, 1997: Tabela 9.2). Dados sobre posição hierárquica não existiam, mas enquanto apenas pouco mais de 1/3 dessas mulheres em empregos acadêmicos coordenavam pesquisa nos últimos 10 anos, quase 2/3 dos homens ocupavam tal posição. Tais tendências de menor idade e menor experiência de coordenação sugeririam que as oportunidades para as mulheres cresceram muito nos últimos 10 anos, em relação às das homens? Ou, as tendências indicariam que as mulheres têm apenas acesso limitado aos postos e recursos e que elas deixam os empregos acadêmicos quando alcançam certa idade? O que nós sabemos sobre as divisões de gênero nas várias disciplinas?

Contagem dos números de mulheres em ciência revela apenas uma pequena parte da estória. Depois de ingressar na academia as mulheres geralmente não avançam suas carreiras na mesma velocidade que os homens. A explicação tradicional é que a produção científica das mulheres é menor do que a dos homens. A exploração de tal hipótese foi objeto de um estudo envolvendo quatro institutos de pesquisa na Universidade de Campinas, no Brasil, em 1997 (Velho e Leon, 1998). As pesquisadoras descobriram que o acesso das mulheres aos empregos de professor titular variava consideravelmente conforme a área: elas contavam 6% em Biologia, 5% tanto em Química quanto em Ciências Sociais, enquanto nenhuma foi encontrada em Física. Estes dados são consistentes com aqueles dos países mais desenvolvidos. Com relação a publicações, o estudo mostrou que na Química e Física onde a proporção de mulheres é menor (>25%), as mulheres têm publicado consideravelmente mais do que os homens. Inversamente, na Química e nas Ciências Sociais, onde a presença das mulheres é maior (<30%), elas têm publicado menos do que os homens. O que isto significa? A interpretação oferecida por Velho e Leon (1998) é de que os contextos onde as mulheres têm uma presença mais marcante elas imprimem seu próprio modelo de sucesso. Onde elas aparecem em menor número elas são mais constrangidas a operar dentro de modelos masculinos de trabalho em termos de valores, produtividade e conciliação da

vida privada e de trabalho. É claro que várias questões estão ainda deixadas sem resposta: Como os homens se beneficiam dos modelos de sucesso das mulheres? Eu penso na proporção de mulheres em empregos de topo e em seus poderes de decisão. Aparentemente os homens ocupam tais posições independente do modelo de sucesso de gênero que prevalece em cada uma dessas áreas da Universidade de Campinas. Eu pergunto se ao invés de considerar sucesso nós não deveríamos considerar a eficácia das estratégias particulares de sobrevivência das mulheres onde a presença das mulheres é maior. Obviamente precisamos fazer mais pesquisa sobre estas questões.

A questão mais importante que advém destas contagens é que feminismo implica não apenas uma mudança nos números, mas uma mudança de atitude. Feminismo politiza o processo levando a uma conscientização sobre as questões de gênero, e sobre as mulheres e os homens enquanto agentes de mudança. O reconhecimento de como as masculinidades interferem com a produção do conhecimento e as estruturas de poder relativas a produção de ciência é fundamental para uma análise de gênero nas ciências.

Agendas feministas nas ciências

A que objectivos as construções tradicionais masculinas de ciência servem? Como gênero tem afetado nossas concepções de conhecimento? (Osiris, 1997). Não existem respostas diretas e claras a tais questões. Todavia, existe um processo crescente de descoberta destas questões em busca de respostas, onde o feminismo tem operado como uma orientação sócio-política informando as pesquisas e análises. Têm sido várias as maneiras pelas quais o feminismo tem dado forma a tais investigações. Eu quero ressaltar algumas delas nas áreas chave de sexualidade, poder e das exclusões e reforços às normas de gênero.

- (1) *Sexualidade.* Pesquisas em biologia e em outras disciplinas relacionadas com conhecimento médico têm mostrado as conexões e as desconexões entre sexualidade e reprodução. Maternidade e cuidados de criança passaram a ser vistas como invenções culturais baseadas na natureza das mulheres mas não essencialmente natural (Silva, 1996). Sexualidade aparece crescentemente separada de procriação (o súbito progresso das tecnologias reprodutivas é uma ilustração

disto), e a imposição da heterossexualidade como norma tem sido crescentemente contestada.

- (2) *Poder.* Várias feministas têm contestado as concepções de conhecimento produzidas pelos homens dentro das normas masculinas (Fox Keller, 1985; Smith, 1988; Rossiter, 1995). Poder derivado do saber científico tem sido um bastião dos homens brancos das classes médias e altas. Por exemplo, Fox Keller (1985) mostra o sucesso notável de algumas poucas mulheres cientistas e a auto-confiança evidente e a convicção que o sucesso traz, em contraste com várias outras mulheres que não tiveram acesso e/ou sucesso.
- (3) *Exclusões e reforço das normas de gênero.* Vários estudos mostram que as exclusões das mulheres estão situadas e restritas através de artifícios retóricos, afiliações institucionais e prescrições sociais. Os papéis das mulheres como trabalhadoras de apoio para homens cientistas têm sido revelado e debatido. Também tem sido reconhecido que a produção tradicional de ciência demanda certas maneiras de viver e dedicação que têm deixado as mulheres de fora. Enquanto várias limitações são altamente aceitas socialmente, elas excluem as mulheres das designações prestigiosas e de associações profissionais. Isto ocorre porque os padrões masculinos tradicionais são tomados como dados. Por exemplo, os desenvolvimentos tecnológicos do século dezenove foram apropriados para manter a ordem de gênero dominante (Cockburn, 1988), com a domesticidade (i.e., como ser uma boa esposa e mãe) ocupando lugar central na educação de meninas das classes médias e pobres. Ainda quando entramos no século vinte e um as tecnologias do lar são desenhadas por homens concebendo uma mulher que é hábil e que tem desejo de fazer trabalho doméstico como uma ocupação integral e como um trabalho de amor. Minha pesquisa mostra que isto está longe de ser verdadeiro para a maioria das mulheres (Silva, 1998b e 1998c).

Estes exemplos mostram os papéis das novas vozes feministas alterando os padrões tradicionais de autoridade científica. Precisamos olhar para essas novas idéias, levá-las em conta e expandi-las. O feminismo tem desafiado as fronteiras do conhecimento. Como podemos fomentar as novas vozes feministas? Onde está «ela» nas várias disciplinas? Que tipos de sociedades nos queremos que acabe com a supre-

macia dos homens e que incrementalmente o acesso das mulheres aos recursos que elas necessitam? Estas são questões para investigações feministas.

Eu quero me dirigir agora para a questão das distinções locais em relação a tais questões.

Distinções Locais

Eu comecei perguntando como o feminismo está mudando a ciência, e eu mostrei que o feminismo está fazendo isto em importantes direções. Eu destaco três dessas direções:

- (1) Através de uma ainda pequena mas significativa melhoria na participação das mulheres em empregos científicos.
- (2) Através de uma mudança de atitude em relação ao papel das mulheres nas ciências e o reconhecimento crescente dos limites dos conhecimentos construídos sob a ótica masculina ou cegos a questões de gênero.
- (3) Da maior importância, através de um processo de destilação das categorias analíticas tradicionais. O feminismo colocou gênero nas teorias, nas estatísticas e nas políticas sociais.

Eu mencionei que a maneira como o feminismo da década de 90 difere das versões anteriores e no reconhecimento de que existem mais do que uma causa da opressão das mulheres. Os feminismos correntes empenham-se para acomodar diferenças e desvantagens entre as mulheres e para desenvolver concepções alternativas de moralidade e «cuidados» que levem em conta distinções locais. Estas têm sido baseadas em experiências concretas de grupos específicos de mulheres.

É interessante que este tipo de discurso feminista emergiu nos Estados Unidos e na Europa onde as feministas não mais necessitam disputar as negações falocêntricas sobre a legitimidade de gênero como uma categoria de análise. Agora já é possível para as feministas examinar as diferenças dentro dos discursos feministas (Mohanty, 1992). Como isto se aplicaria ao feminismo brasileiro?

Apesar de gênero ser crescentemente uma categoria de análise em várias disciplinas, gênero não é ainda uma cate-

goria inteiramente legítima no Brasil. Eu suspeito que algumas áreas não tenham sequer considerado gênero de maneira alguma. Um «caso» ainda tem que ser argumentado, não apenas para a inclusão das mulheres, mas sobretudo para uma perspectiva feminista. Mas eu penso que um exame das diferenças entre as mulheres pode ser concomitante com estratégias que pressionem por considerações feministas de gênero nas ciências. (Tentativas de produzir tais análises foram recentemente publicadas em *Cadernos Pagu* 10, número especial editado por Silva, 1998a).

Algumas diferenças que são relevantes para as distinções locais brasileiras têm sido diferenças tradicionalmente aceitas tais como diferenças geográficas e regionais, de sexo/gênero, classe, renda, raça, etnia. Todavia, é ainda comum se ouvir referências à «mulher brasileira». Quem é ela? Onde se encontra um denominador comum? Negra, branca, índia, asiática, «parda»? Do Rio Grande do Sul, da Amazônia, ou do Rio? Aquela que está na classe alta porque ela se casou com um homem rico? A executiva no banco estrangeiro em São Paulo? A empregada, mãe solteira, na família de classe média no interior do Ceará? A professora de biologia na Unicamp? É claro que eu não estou sugerindo que não existe nada em comum entre as mulheres enquanto categoria de gênero.

A subordinação aos homens, enquanto gênero masculino, tem sido uma característica comum e persistente. O que eu quero destacar é que as distinções precisam ser consideradas. Assim, nós podemos nos dirigir para níveis de análise mais refinados e olhar para outras divisões tais como aquelas derivadas dos legados da colonização, das sexualidades diferentes, dos papéis do casamento, da maternidade, do trabalho de «cuidar» (cuidar de criança, dos velhos e das velhas, das necessidades diárias das famílias), do emaranhado das vidas privada e de trabalho.

No Fórum da Comissão Europeia sobre «Mulher e Ciência» que aconteceu em abril de 1998 várias mulheres cientistas apresentaram trabalhos refletindo sobre suas experiências e sobre as estratégias de seus países para melhorar as condições de trabalho e de vida das mulheres. Estas enfocaram sobre os sistemas educacionais e de treinamento, estratégias de emprego, critérios de promoção e de financiamento de pesquisa, nomeação de mulheres para postos chave de decisão, programas de desenvolvimento pessoal e de reforço da auto-confiança, coletas de dados com distribuição por gênero, estabelecimentos de indicadores e procedimentos para monitorar o progresso das mulheres, esquemas de cui-

dados de crias diários e em períodos de férias, e políticas de apoio a famílias. Estas são apenas algumas das sugestões.

Conclusões

Seria possível implementar no Brasil as propostas feitas pelas cientistas europeias e americanas? Existem distinções locais mas a maioria delas podem ser implementadas. Eu penso que a maior dificuldade encontra-se nas propostas que ligam as vidas privada e de trabalho das mulheres. Diferenças de classe e raça entre as mulheres são cruciais com relação a isto. Nós vimos que a proporção de mulheres em empregos acadêmicos no Brasil está próxima daquela nos países europeus. Todavia, as maneiras como as mulheres europeias e brasileiras de classe média vivem suas vidas privadas diferem consideravelmente. As diferenças na vida privada são consideravelmente maiores do que aquelas na vida profissional. Alguns exemplos a destacar são:

- (1) *Vidas profissionais diferentes.* As cientistas brasileiras trabalham com homens em proporções similares aquelas de países mais avançados. Igualmente, elas têm uma formação de classe média e operam num ambiente onde elas se sentem não mais excluídas ou subordinadas aos homens do que muitas das mulheres em posições similares na Europa ou na América do Norte.

Eu estou obviamente apresentando um quadro muito grosseiro e estas questões precisam ser exploradas mais

profundamente e embasadas em dados empíricos. Minha preocupação aqui é com o que tem sido chamado «hostilidade horizontal» entre as mulheres (Pratt e Hasson, 1994). Para construir uma identidade e política feministas a questão das diferenças precisa ser debatida. Onde estão as diferenças básicas?

- (2) *Vidas privadas diferentes.* As mulheres da classe média brasileira, na maioria dos casos, têm mulheres pobres para fazer os trabalhos domésticos e cuidar das crianças para elas, quando crianças existem. As mulheres europeias, na maioria, têm que negociar a divisão do trabalho doméstico com os homens. Isto gera preocupações feministas fundamentalmente diferentes sobre as conexões entre grupos diferentes de mulheres e entre mulheres e homens. Eu temo que os homens brasileiros não tenham ainda sentido as pressões do feminismo como os homens europeus. As feministas brasileiras têm quesitos especiais para lidar e me parece importante refletir sobre as distinções brasileiras para o desenvolvimento de estratégias de desestabilização das divisões tradicionais de poder e privilégio.

O alcance de grande visibilidade e contabilidade de gênero nas ciências não é uma empresa isolada. É crucial que se reconheçam as diferenças entre as profissionais brasileiras cientistas em relação a outras mulheres cientistas em outros países, e é também crucial que se analisem os efeitos sobre o conhecimento, das outras diferenças de raça e classe, e das conexões particulares entre as vidas privadas e de trabalho.

REFERENCIAS

- Barrett, Michele and Phillips, Anne (1992) «Introduction» in Barrett, Michele and Phillips Anne (eds), *Destabilizing Theory*. Cambridge: Polity Press.
- Cockburn, Cynthia (1988) *Machinery of Dominance. Women, Men and Technical Know-How*. Boston: Northeastern University Press. (1st ed. 1985, Pluto Press).
- Cockburn, Cynthia (199) In the Ways of Women, Basingtoke: Macmillan.
- FAPESP (1997): Relatório «Ciência e Tecnologia em São Paulo nos anos 1990», Outubro.
- Fox Keller, Evelyn (1985): *Reflexions on Gender and Science*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- Harding, Sandra (1986): «The Instability of the Analytical Categories of Feminist Theory», *Signs*, 11.4: 645-64.
- Kuhn, Thomas (1970): *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago: University of Chicago Press. (1st ed. 1962)
- Mohanty, Chandra Talpate (1992) «Feminist Encounters: Locating the Politics of Experience» in Barrett, Michele and Phillips, Anne (eds) *Destabilizing Theory*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- Osborn, Mary (1998) «Facts and Figure Still Show Little Room at the Top for women in Science in Most EU Countries». Paper presented at the European Conference «Women and Science», 29 April.
- Osiris (1997) Special Issue: «Women, Gender and Science. New Directions», Edited by Kohlstedt, Sally G. and Longino, H, vol 12, second series.
- Pratt, Geraldine, and Hanson, Susan (1994) «Geography and the Construction of Difference», *Gender, Place and Culture* 1 (1): 5-29.
- Rose, Hilary (1998) «Hypatia's Daughters: Why are there so few?» Paper presented at the European Conference «Women and Science», 28 April.
- Rossiter, Margaret W. (1995): *Women Scientists in America: Before Affirmative Action, 1940-1972*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Silva, Elizabeth B (ed.) (1996): *Good Enough Mothering. Feminist Perspectives on Lone Motherhood*, London: Routledge..
- Silva, Elizabeth B. (guest editor) (1998a): *Cadernos Pagu, Special Issue on «Gender, Technology and Science»*, nº 10.
- Silva, Elizabeth B (1998b) «Transforming Housewifery: Dispositions, Practices and Technologies» in E B Silva and C Smart (eds) *The «New» Family?*, London: Sage.
- Silva, Elizabeth B. (1998c) «Tecnologia e Vida Domestica nos Lares», *Cadernos Pagu, Special Issue on «Gender, Technology and Science»*, nº 10: 21-52.
- Smith, Dorothy (1988): *The Everyday World as Problematic*, Milton Keynes, Open University Press.
- Velho, Lea and Leon, Elena (1998) «A construção social da produção científica por mulheres», in *Cadernos Pagu* 10: 309-344.
- Wenneras, Christine and Wold, Agnes (1998) «Sexism in Evaluation of Women Scientists». Paper presented at the European Conference «Women and Science», 29 April.
- West, Candace and Zimmerman, Don (1987) «Doing Gender», *Gender and Society* 1: 125-51.